



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 22142/2011/001/2011  
EMPREENDIMENTO: PARC ETOILE (EMPREENDIMENTO HOTELEIRO)  
EMPREENDEDOR: MAIS INVEST EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES S.A.

### JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

O Secretário Executivo do COPAM, no uso de suas atribuições definidas pelo Decreto 44.667, de 3 de dezembro de 2007 e Deliberação Normativa COPAM 177, de 22 de agosto de 2012, com fundamento legal no § único, artigo 19, do Decreto 44.844, de 25 de junho de 2008, vem, por meio deste ofício, proceder ao juízo de admissibilidade do recurso interposto pelo SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINARQ em face do PA nº 22142/2011/001/2011 – PARC ETOILE (EMPREENDIMENTO HOTELEIRO) – MAIS INVEST EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES S.A., contra decisão proferida pela URC Rio das Velhas, na reunião realizada em 24 de setembro de 2012, que deferiu a concessão da LP + LI para o empreendimento.

Em cumprimento ao disposto no artigo 23 do Decreto 44.844/08, passo ao exame da admissibilidade.

#### 1- Da Tempestividade

De acordo com o artigo 20 do Decreto 44.844/08, o prazo para interposição do recurso contra decisão referente ao licenciamento ambiental a que se refere o art. 19 é de trinta (30) dias, contado da publicação da decisão, observado o disposto no art. 59 da Lei 14.184/02.

A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 27 de setembro de 2012, e o recurso interposto em 25 de outubro de 2012, conforme protocolo nº R 313020/2012, transcorridos, portanto, 28 dias. Tempestivo o presente recurso.

#### 2- Da Legitimidade (art. 22 do Decreto 44.844/08)

O pedido foi formulado por parte legítima.

#### 3 – Requisitos do art. 23 do Decreto 44.844/08.

Os requisitos foram devidamente atendidos.

**Pelo exposto, conheço do recurso, presentes os requisitos de admissibilidade.**

Belo Horizonte,      de novembro de 2012.

Danilo Vieira Júnior  
Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Secretário Executivo do COPAM